



Conselho das Finanças Públicas
Portuguese Public Finance Council

Acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social

Audição na Comissão Eventual

Assembleia da República

06 de outubro de 2021



Dois capítulos nesta apresentação:



I. Medidas Covid-19

II. PRR



I. Medidas COVID-19



Tal como em relação a qualquer crise profunda, as medidas de resposta à COVID-19 devem ser oportunas, bem direcionadas e temporárias, no inglês TTT – *timely, targeted & temporary*

- ✓ CFP acompanha o custo das medidas na ótica das contas nacionais



Medidas COVID-19



Na projeção em políticas invariantes de setembro, o CFP assumiu uma gradual redução do custo orçamental destas medidas (exceto garantias) na ausência de novas vagas da pandemia com impacto no sistema de saúde

Impacto direto no saldo orçamental das medidas COVID-19, exceto garantias

	INE	Projeção CFP	
	2020	2021	2022
€ milhões	-4.603*	-4.188	-502
%PIB	-2,3	-2,0	-0,2

Nota: * valor do PDE de março de 2021, não considerando a reclassificação de garantias. O impacto estimado pelo CFP para 2021 é mais desfavorável em 491 M€ que o considerado no Programa de Estabilidade de abril de 2021.



Medidas COVID-19: garantias



Parte significativa dos apoios à economia revestiram a forma de **linhas de crédito com garantias públicas**

- Inserem-se no [Quadro Temporário de Apoio Estatal](#) aprovado pela Comissão Europeia em março de 2020, com um máximo autorizado de 13 mil M€
- Até ao **final de 2020** foram estabelecidas linhas de crédito com garantias públicas num montante máximo de crédito total de cerca de 8,1 mil M€, correspondendo as garantias emitidas pelo **Sistema Nacional de Garantia Mútua (SNGM) a 6,4 mil M€** (aprox. 3% PIB de 2020).
 - Este montante encontra-se contragarantido pelo Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), mecanismo dotado com fundos públicos e que integra o sector institucional das AP
- Em 2020, as **garantias prestadas pelo Estado** ao abrigo da resposta à pandemia **totalizaram 1650,3 M€**, das quais **856,7 M€** respeitam a **garantias do Estado ao FCGM**, 593,1 M€ decorrem da participação de Portugal em instrumentos europeus de resposta à situação pandémica e 200,5 M€ a seguros de crédito (à exportação e outros), de acordo com o Tribunal de Contas



Medidas COVID-19: garantias



- CFP **não** dispõe de informação mais atualizada para além da recebida em março relativa ao ano de 2020
- **O CFP expressa a sua preocupação pela falta de informação atualizada relativa às garantias concedidas tanto por parte do Banco de Fomento como pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF)**



Medidas COVID-19: garantias



Risco de execução das garantias públicas, o que teria impacto na despesa, saldo e dívida pública em contas nacionais a médio prazo

- A 23 de setembro de 2021, o INE já contabilizou como transferência de capital em 2020 “um montante de 326 milhões de euros relativo à estimativa de execução de contragarantias associadas às linhas COVID-19 de apoio à economia no quadro do sistema português de garantia mútua, atendendo a que configuram garantias estandardizadas na perspetiva da contabilidade nacional (emitidas em grande número e segundo regras idênticas) e que existe uma estimativa fiável do valor esperado das perdas associadas às garantias concedidas.”



II. Plano de Recuperação e Resiliência



- O CFP, considerando o alcance do seu mandato legal, terá competência para avaliar o **impacto do PRR nas contas públicas, direta e indiretamente por via do seu impacto macroeconómico**
 - **No curto prazo**, o PRR ao induzir mais **procura** agregada consubstancia um instrumento de (forte) estímulo ou **impulso orçamental**
 - **No médio e longo prazo**, o MRR, em que assenta ao PRR, foi desenhado para reforçar o lado da oferta: ao incentivar investimento produtivo, a qualificação do capital humano e a resiliência da economia face aos desafios da transição digital e das alterações climáticas. O MRR pretende reforçar a capacidade de produção da economia europeia expandindo o produto potencial. O **reforço do potencial produtivo** beneficia o saldo orçamental, sobretudo por via da receita fiscal associada.
- Uma parte do PRR é financiado por **empréstimos** que terão impacto sobre a dívida pública, o que torna **mais premente uma orientação no sentido de reforçar o potencial produtivo da economia portuguesa**



O PRR e o acesso a dados



- A forma de implementação do PRR é diferente da dos restantes Fundos europeus: a **avaliação** não está diretamente ligada com a execução do projeto em si, mas da **concretização de objetivos qualitativos** incluindo a implementação de reformas estruturais (sendo publicamente desconhecida, por ora, a chave de cumprimento desses objetivos).
 - As 20 componentes do PRR incluem investimentos e reformas estruturais, que se concretizam através de 341 objetivos qualitativos (marcos, milestones) ou quantitativos (metas, targets).
- Presentemente, o acesso a dados relativos ao PRR resulta do Portal Transparência e do Portal 'Recuperar Portugal'. O primeiro Relatório de Monitorização foi divulgado em 29 de setembro de 2021.
 - O mesmo contém alguma informação sobre o procedimento em curso dos investimentos, mas **faltam dados quantificáveis** (e em formatos adequados que não apenas em PDF) que permitam um detalhe das medidas (ou seja, cada investimento ou reforma, desdobrada pelas respetivas metas e marcos), sua calendarização e cumprimento das metas.



Riscos de implementação do PRR



- i) **Riscos de política (governança):** capacidade política e administrativa (também no modelo de governação instituído) para concretizar os marcos e as metas nos prazos estipulados, incluindo as reformas estruturais - disto dependem os desembolsos/libertação das tranches de financiamento
- ii) **Riscos de execução dos investimentos:** Riscos de execução física e financeira (e.g. derrapagens, trabalhos a mais, atrasos)
- iii) **Riscos orçamentais e financeiros:** Comportabilidade orçamental das novas despesas correntes, eventuais necessidade de investimentos complementares, financiamento/impacto sobre a dívida pública (vertente empréstimos), em geral impacto sobre as contas públicas



Conselho das Finanças Públicas
Portuguese Public Finance Council

Obrigada.

